

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.701 - MG (2019/0094532-1)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : CARLOS EDUARDO CLARA BARROSO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por CARLOS EDUARDO CLARA BARROSO, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que o ora recorrente teve a prisão preventiva decretada pela prática, em tese, do delito capitulado no art. 157, § 2º, inciso II, c/c art. 180, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, que foi denegado, em parecer ementado nos termos seguintes:

*"EMENTA: "HABEAS CORPUS". ROUBO MAJORADO. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DA MEDIDA RESTRITIVA. HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PREVENTIVA. DESCABIMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.*

*-Não há que se falar em constrangimento ilegal se o decreto prisional encontra-se adequadamente fundamentado nos requisitos previstos no art. 312 do CPP, a fim de garantir a ordem pública.*

*- Evidenciada a periculosidade do agente, a prisão preventiva é medida que se impõe.*

*- As condições favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, considerando as particularidades que envolvem o caso concreto.*

*-Ordem denegada" (fl. 103).*

Dáí o presente **recurso**, no qual a defesa alega constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentos idôneos para a segregação cautelar do recorrente. Pondera, nesse sentido, que prisão foi decretada pela gravidade em abstrato da condutas supostamente praticadas.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva.

Liminar indeferida, às fls. 139-141.

O Ministério Público Federal, às fls. 147-149, manifestou-se pela **prejudicialidade do recurso**, em parecer ementado nos seguintes termos:

*"RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO MAJORADO. RECEPÇÃO. ALVARÁ DE SOLTURA EXPEDIDO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU APÓS A IMPETRAÇÃO DO PRESENTE WRIT. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PELA PREJUDICIALIDADE DO RECURSO" (fl. 147).*

É o relatório.

**Decido.**

**O recurso está prejudicado.**

Com efeito, em consulta ao sítio eletrônico do eg. Tribunal **a quo** ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)), verifica-se pela movimentação processual que, em **26/03/2019**, foi proferida decisão pelo magistrado primevo, por meio da qual concedeu a liberdade provisória ao ora recorrente, tendo determinado a expedição do respectivo alvará de soltura.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do RISTJ, julgo **prejudicado o recuso ordinário em habeas corpus**.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator